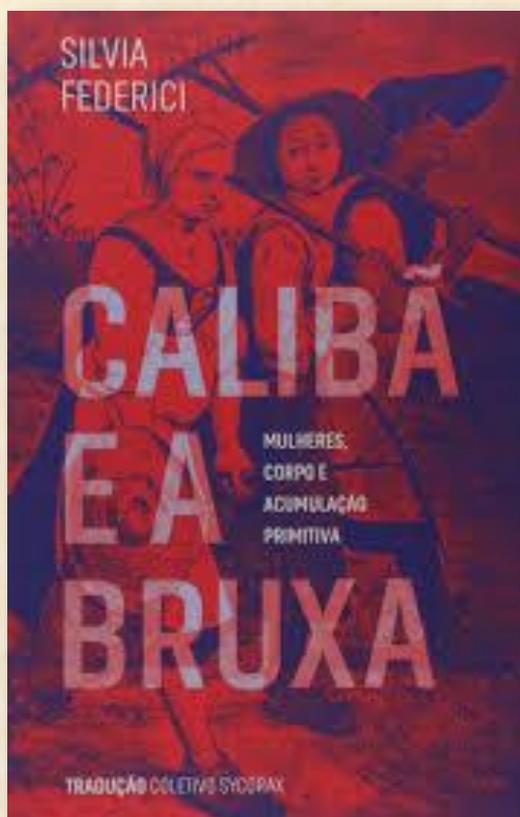


RESENHA – CALIBÃ E A BRUXA (SILVIA FEDERICI)



Clube de Leitura Feminista da
CUT/PR¹

Esta resenha é resultado do estudo coletivo do livro *Calibã e a Bruxa*, de Silvia Federici, traduzido para a língua portuguesa pelo Coletivo Sycorax, em que cada participante do Clube de Leitura Feminista da CUT/PR trouxe seus estudos e análises aos encontros mensais realizados para debate dos capítulos correspondentes do livro e

¹ Participaram dessa composição: Alice Maneschy, Amanda Sangalli, Ana Lucia Miguel, Abacélie Azevedo, Bruna Tomasoni, Carol Cardoso, Carol Lemes, Eliana Santos, Emilia Senapeschi, Luana Martins, Luana Silva, Mariani Freitas, Patrícia Cristina de Oliveira, Regina Maria Miranda, Roberta Andrioli, Silvane dos Santos, Vanessa Lazzarin de Souza e Vânia Maria Carradore.

construção da resenha. Já em seu 3º ano, o Clube contou com o envolvimento de mais de 90 mulheres trabalhadoras de diversas áreas.

Silvia Federici é escritora, pesquisadora, professora e ativista feminista ítalo-estadunidense. Fomenta o ativismo feminista desde 1972, quando participou da fundação do Coletivo Feminista Internacional - organização que realizou diversos trabalhos na luta pelos direitos das mulheres. Em 2004 lançou *Calibã e a Bruxa*, livro que coroou as análises a respeito do trabalho assalariado e reprodutivo das mulheres, colocando o corpo delas como a última fronteira do capitalismo.

A autora propõe em seu livro repensar o desenvolvimento do capitalismo a partir de uma perspectiva feminista. Para isso, realiza uma leitura da “transição” do regime feudal ao capitalismo identificando o papel das mulheres, do corpo e da acumulação primitiva nesse processo, dialogando com as teorias marxista e foucaultiana. Além disso, conecta analiticamente o desenvolvimento do capitalismo à crise de reprodução e às lutas sociais feministas, analisando os movimentos heréticos na Idade Média e a relação da caça às bruxas com a apropriação do corpo feminino pelo patriarcado.

Federici apontou diversas tentativas por parte das mulheres de contestar as normas que ditavam o comportamento sexual e social no período feudal, em busca de relações mais igualitárias. Isso teria sido possível porque as servas eram menos dependentes dos parentes masculinos – já que a autoridade desses homens estava subjugada à vontade do senhor feudal – e porque a terra era cultivada pela unidade familiar, o que significa que as mulheres também tinham direito sobre aquela produção. Na aldeia feudal não existia uma separação social entre a produção de bens e a reprodução da força de trabalho, o que conferia às mulheres um valor social e econômico equivalente ao dos homens.

Nesse contexto, segundo a autora, as relações de coletividade entre as mulheres servas ganhou destaque: elas costumavam realizar as tarefas domésticas e do campo conjuntamente, além de criar uma espécie de comunidade à parte – o que se difere da divisão sexual do trabalho capitalista, que busca isolar as mulheres umas das outras e dos homens em seu cotidiano.

No entanto, Federici explica que uma divisão social do trabalho surge com a monetização e desintegra a aldeia feudal, obrigando o campesinato a passar pelo processo de proletarização, causando o aprofundamento da desigualdade social. Para a autora, as mulheres sofreram esse processo de forma mais dura. Em muitas cidades elas perderam o direito à herança e acabaram por encabeçar o movimento de êxodo do campo, sendo as mais numerosas entre os imigrantes. Passaram a ser legalmente livres na teoria, mas sua autonomia social era impraticável, especialmente nos centros urbanos, onde a maioria vivia na pobreza, em trabalhos precários, como ambulantes ou na prostituição. Um fator determinante é que, concomitantemente ao aumento de sua suposta autonomia, a Igreja intensificou a perseguição contrária a essa autonomia.

Para a autora, o movimento de heresia popular surge em busca de uma alternativa viável às relações feudais a partir da resistência proletária à economia monetarizada. Federici aponta que a história da heresia foi apagada após a Santa Inquisição, quando milhares de hereges queimaram na fogueira. A teologia pregada pelos hereges se fundamentava na redefinição de todos os aspectos da vida cotidiana, difundindo uma concepção revolucionária de sociedade, universalizando a emancipação do povo de forma inédita. A autora aponta que a raiz da heresia estava na crença de que Deus não falava por meio do clero - sabidamente corrupto e manipulador de seus fiéis, especialmente no que tange à naturalização da pobreza. Assim a heresia constituía uma crítica às hierarquias sociais e à exploração econômica; tratava-se de um movimento político-religioso. Seitas hereges aboliram o matrimônio e a procriação para evitar trazer mais sofrendores a este mundo, assim, segundo a autora, a heresia passou a ser associada aos crimes reprodutivos, como sodomia, infanticídio e aborto.

As raízes do movimento de mulheres, segundo Federici, estão na própria luta antifeudal, em que essas mulheres se opunham à ordem estabelecida e buscavam modelos alternativos para a vida comunal. Essa luta resultou na conquista das mulheres de uma posição social elevada dentro dos movimentos heréticos, sendo consideradas iguais aos homens e garantindo

diversos outros direitos. Esse movimento abria caminhos para uma alternativa ao feudalismo. Mas a tentativa da Igreja de regular o comportamento sexual intensificou a perseguição a essas mulheres e, gradativamente, a perseguição à heresia foi dando lugar à caça às bruxas, colocando a figura feminina como alvo principal da intolerância religiosa. O movimento herege, mesmo causando crise no sistema feudal, não se sustentou. A autora estabelece, então, a “Grande Caça às Bruxas” como a causa fundamental da extinção das terras comunais e o estabelecimento do cercamento, e entende o surgimento do capitalismo como uma contra-revolução, na tentativa de impedir as rebeliões.

Federici apropria da perspectiva da luta de classes para a compreensão sobre o controle do corpo feminino, a divisão sexual do trabalho, a construção da ordem patriarcal e a mecanização do corpo do proletário na sociedade capitalista. Por isso, a autora utiliza e aprimora o conceito de acumulação primitiva de Karl Marx. Contrariamente ao autor, Federici não examina a acumulação primitiva de capital somente com base na posição do homem assalariado, e sim a partir do impacto que esta relação trouxe para a posição social das mulheres e da produção da força de trabalho. Chamando atenção ao fato de o corpo feminino, além de ter sido “excomungado” de seus potenciais totais, ter se transformado em máquina para a produção de novos trabalhadores.

Frederici pontua o papel das mulheres na construção da sociedade capitalista apresentando uma relação simbólica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, e demonstra que o capitalismo enquanto sistema econômico-social é, necessariamente, sexista e racista. A autora ressalta que enquanto o poder do homem burguês vinha das posses das terras e a sua mulher era confinada exclusivamente ao trabalho doméstico, na família da classe trabalhadora a mulher era força e reprodução de trabalho, e ainda cerceada do recebimento dos salários, o que serve de argumento para a afirmação da autora quanto ao “patriarcado do salário”.

A autora apropria o conceito foucaultiano de “disciplinamento do corpo” enquanto uma manobra do Estado, com o suporte da Igreja, propulsora da força de trabalho humana no desenvolvimento do capitalismo. O

estranhamento do corpo abriu caminho para o indivíduo vender a sua força de trabalho àquele que pagar mais. Esse processo reduziu o corpo a um objeto que pode ser livremente negociado e que, gradualmente, gerou uma “mão de obra disciplinada”. A importância da disciplina dos corpos se deve, segundo a autora, à compreensão pela classe dominante de que é no sujeito que está a fonte da riqueza, fazendo do homem o recurso mais importante da fase industrial pré-tecnológica. Considerado como “fonte principal de acumulação”, este deveria se sujeitar às estratégias violentas adotadas pelo Estado.

A violência empregada pelo Estado para o controle social e disciplinamento do proletariado, as variadas formas de tortura, principalmente em praças públicas, foram constantes para manter a ordem ante a resistência que persistiu durante os séculos XVII e XVIII. A mecanização do corpo, remetendo a autora aqui à Foucault, também alcançou os desejos, emoções e comportamentos, sendo a concepção da identidade individual o resultado da alienação do corpo, marcando esse alter ego o indivíduo histórico que foi gerado pelo capitalismo, que constantemente luta contra o corpo e a mente, e que persiste sob diversas formas até os dias atuais.

Segundo Federici, a Igreja teve um papel muito importante na perseguição que as mulheres sofreram, mas o papel principal foi do Estado, que a partir do século XV criminalizou os movimentos, intensificando a caça às bruxas. O resultado foi o aumento do número de mulheres condenadas por “bruxaria”. As punições às mulheres denunciadas também se intensificaram, por meio de isolamento e humilhação social, e com a morte pela fogueira. A autora conclui que a caça às bruxas foi um ataque à resistência que essas mulheres estavam fazendo contra os avanços do capitalismo e a implementação de uma nova ordem patriarcal sobre os corpos das mulheres, transformados em produto econômico.

Um dado mostrado pela autora é que, ao longo dos séculos XVI e XVII, cerca de 80% das pessoas executadas eram mulheres, o que pode ser justificado pela construção religiosa e social de que os crimes de infanticídio e práticas abortivas correspondiam à bruxaria, considerando a discriminação das

mulheres curandeiras desde a revolução sexual do movimento herético e a demonização das práticas contraceptivas.

A caça às bruxas não culminou somente na demonização da sexualidade feminina, mas, segundo Federici, também foi uma importante estratégia na reestruturação da sexualidade, que agora deveria seguir a ordem capitalista do trabalho. Assim, qualquer atividade sexual que não tivesse por finalidade a procriação e a transmissão dos bens e propriedade entre a família, era criminalizada, já que desviava o tempo e a energia que deveriam ser destinados ao trabalho.

De modo a finalizar seu livro, a autora explica também o contexto colonial das Américas, pensado por meio da peça *A Tempestade* de William Shakespeare. Utiliza dos personagens Calibã e Sycorax para representar o processo de colonização. Sycorax, a bruxa, representa o feminino, capaz de controlar ventos, tempestades, envolvida em magias do mal e, por isso, banida e morta, enquanto Calibã, seu filho, representa a figura do colonizado: escravizado, torturado, deformado, manipulado, expropriado de suas raízes e cultura, órfão da mãe e de tudo o que ela representa. Desta forma, as resistências indígenas das Américas foram sufocadas pela classe dominante de forma perversa e aniquiladora, sob o pretexto da adoração ao diabo, de forma análoga a caça às bruxas na Europa. Nesse cenário, as mulheres foram importantes para a manutenção da ligação dos povos originários com a terra, a natureza e as crenças religiosas.

Federici aponta que a imagem hipersexualizada da mulher e do homem negro é correspondente à imagem sexualmente diabólica que ocorreu com a bruxa europeia. Todos esses eram considerados desprovidos de racionalidade e acusados de compactuar com a besta, o que acabou por reforçar a naturalização da exploração dos escravos e a exclusão da mulher na nova divisão internacional do trabalho.

Mesmo com a abolição da escravidão, a caça às bruxas continua no imaginário e repertório da burguesia. O processo de globalização do capitalismo, por meio da colonização e cristianização, assegurou e assimilou a perseguição das comunidades subjugadas. Houve casos de queima de

mulheres no oeste da Índia (1840) e na África (1994), ambas com perda de posição social das mulheres e aumento da miséria da população, expropriação de terras e apropriação dos recursos naturais, provocados pela agenda neoliberal. O ressurgimento da caça às bruxas nas décadas de 1980 e 1990 constitui, segundo Federici, um novo processo de “acumulação primitiva”, privatização da terra e de outros recursos comunais e, conseqüentemente, empobrecimento massivo. Ela continua a ser utilizada como forma de criminalizar as resistências contra a nova onda colonial. Exemplo disso é o processo de combate à corrupção utilizado em nosso país, muito parecido com a estrutura de julgamentos da caça às bruxas.

Com a leitura do livro foi possível concluir que a autora cumpriu seus objetivos de reescrever a história da transição das estruturas políticas, sociais e econômicas por uma perspectiva feminista, demonstrando o papel da Igreja e do Estado na subjugação do papel da mulher na sociedade, na tentativa de controle dos corpos e de manutenção da acumulação primitiva. Pertinente não apenas para o entendimento da história da humanidade, mas também dos ataques e da subjugação que ainda perduram na sociedade atual.

Bibliografia

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.